

## RESOLUÇÕES

### Resolução nº 813, de 25 de setembro de 2001

*Dispõe sobre normas regimentais sobre reconhecimento de calamidade pública decretada*

#### (Projeto de Resolução nº 4, de 2001)

A Mesa da Assembléia Legislativa do Estado de São Paulo, no uso da atribuição que lhe confere a alínea “j” do inciso II do artigo 14 da X Consolidação do Regimento Interno e nos termos do resolvido pelo Plenário, promulga a seguinte Resolução:

Artigo 1º - Inclua-se o seguinte “Capítulo VI” ao Título VII da Resolução nº 576, de 26 de junho de 1970, com modificações posteriores:

#### TÍTULO VII

#### Da Elaboração Legislativa Especial

#### CAPÍTULO VI

#### Do Reconhecimento de Calamidade Pública Decretada

Artigo 259-A - Para os fins do disposto no artigo 65 da Lei Complementar Federal nº 101, de 4 de maio de 2000, que estabelece normas de finanças públicas voltadas para a responsabilidade na gestão fiscal, a Assembléia apreciará a solicitação de reconhecimento de calamidade pública mediante projeto de decreto legislativo.

§ 1º - A solicitação de reconhecimento será acompanhada:

1. da integral do decreto e sua justificativa;

2. de provas documentais que demonstrem o estado de calamidade;

3. de demonstrativo da necessidade de suspensão de prazos e das disposições estabelecidas nos artigos 23, 31 e 70 da Lei de Responsabilidade Fiscal, bem como da dispensa do atingimento dos resultados fiscais e da limitação de empenho previstas no artigo 9º da mencionada lei.

§ 2º - Recebida e publicada a solicitação, o Presidente da Assembléia remete-la-á à Comissão de Constituição e Justiça para, no prazo de 15 dias, emitir parecer que concluirá por projeto de decreto legislativo reconhecendo ou não o estado de calamidade pública.

§ 3º - Publicado, e independentemente de Pauta, o projeto será encaminhado às Comissões de Assuntos Municipais e de Fiscalização e Controle para que cada uma se manifeste no prazo de 5 dias.

§ 4º - Expirado o tempo concedido às Comissões, o Presidente da Assembléia nomeará Relatores Especiais fixando-lhes prazos para manifestação, inclusive sobre o processo, no âmbito da Comissão de Constituição e Justiça.

§ 5º - Após pronunciamento das Comissões ou dos Relatores Especiais, o projeto será imediatamente incluído na Ordem do Dia entre as proposições em regime de urgência, para discussão por, no máximo, 2 horas, podendo cada orador inscrito usar da palavra por 10 minutos. Encerrada a discussão, cada Líder poderá encaminhar a proposição por até 5 minutos.

§ 6º - Toda deliberação da Assembléia sobre o projeto, reconhecendo ou não o estado de calamidade pública, será consubstanciada em decreto legislativo na forma da redação proposta pela Comissão de Redação.

Artigo 2º - Esta resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Assembléia Legislativa do Estado de São Paulo, aos 25 de setembro de 2001.

a) WALTER FELDMAN - Presidente

a) Hamilton Pereira - 1º Secretário

a) Dorival Braga - 2º Secretário

## ORDEM DO DIA

### 26 DE SETEMBRO DE 2001 135ª SESSÃO ORDINÁRIA

#### Proposições em Regime de Urgência

1 - Discussão e votação adiada - Projeto de lei nº 0676, de 2000, de autoria do Sr. Governador. Dispõe sobre a cobrança pela utilização dos recursos hídricos do domínio do Estado. Com 29 emendas. Parecer nº 153, de 2001, de relator especial pela Comissão de Justiça, favorável ao projeto, às emendas de nºs 4 a 29, e contrário às demais. Pareceres nºs 154 e 155, de 2001, de relatores especiais, respectivamente, pelas Comissões de Meio Ambiente e de Finanças, favoráveis ao projeto, às emendas de nºs 8, 20, 21, 22, 25 e 29, e contrários às demais. Com 29 emendas apresentadas nos termos do inciso II do artigo 175 da X Consolidação do Regimento Interno. (Artigo 26 da Constituição do Estado).

2 - Veto - Discussão e votação - Projeto de lei Complementar nº 74, de 2000, (Autógrafo nº 24851), vetado totalmente, de autoria do deputado Ramiro Meves. Cria a Microrregião do ABCDMR, com sede em São Bernardo do Campo. Parecer nº 124, de 2001, de relator especial pela Comissão de Justiça, contrário ao projeto. (Artigo 28, § 6º da Constituição do Estado).

3 - Veto - Discussão e votação - Projeto de lei Complementar nº 79, de 2000, (Autógrafo nº 24843), vetado parcialmente, de autoria do Sr. Governador. Institui Bônus Gestão às classes de suporte pedagógico do Quadro do Magistério. Parecer nº 125, de 2001, de relator especial pela Comissão de Justiça, contrário ao projeto. (Artigo 28, § 6º da Constituição do Estado).

4 - Veto - Discussão e votação - Projeto de lei Complementar nº 80, de 2000, (Autógrafo nº 24844), vetado parcialmente, de autoria do Sr. Governador. Institui Bônus Mérito às classes de docentes do Quadro do Magistério. Parecer nº 126, de 2001, de relator especial pela Comissão de Justiça, contrário ao projeto. (Artigo 28, § 6º da Constituição do Estado).

5 - Veto - Discussão e votação - Projeto de lei nº 200, de 1995, (Autógrafo nº 23118), vetado totalmente, de autoria da deputada Edna Macedo. Dispõe sobre a concessão de documentos a ex-detentos que tenham cumprido integralmente suas penas, tornando os antecedentes criminais sigilosos, desde que não reincidam no crime. Parecer nº 463, de 1996, de relator especial pela Comissão de Justiça, favorável ao projeto. (Artigo 28, § 6º da Constituição do Estado).

6 - Veto - Discussão e votação - Projeto de lei nº 483, de 1995, (Autógrafo nº 24584), vetado totalmente, de autoria do deputado Dimas Ramalho. Assegura o direito de reduzir pela metade a carga horária semanal a servidores públicos com filhos portadores de deficiência. (Artigo 28, § 6º da Constituição do Estado).

7 - Veto - Discussão e votação - Projeto de lei nº 798, de 1995, (Autógrafo nº 23466), vetado totalmente, de autoria da deputada Mariângela Duarte. Regulamenta o artigo 250 da Constituição Estadual, a fim de universalizar o ensino de 2º Grau. Parecer nº 953, de 1997, de relator especial pela Comissão de Justiça, favorável ao projeto. (Artigo 28, § 6º da Constituição do Estado).

8 - Veto - Discussão e votação - Projeto de lei nº 203, de 1996, (Autógrafo nº 24587), vetado totalmente, de autoria do deputado Junji Abe. Altera a Lei nº 1.817, de 1978, que dispõe sobre Zoneamento Industrial. Parecer nº 448, de 2000, de relator especial pela Comissão de Justiça, favorável ao projeto.

9 - Veto - Discussão e votação - Projeto de lei nº 287, de 1996, (Autógrafo nº 24922), vetado totalmente, de autoria do deputado Jamil Murad. Dispõe sobre a criação de Universidade da Zona Leste no Município de São Paulo. (Artigo 28, § 6º da Constituição do Estado).

10 - Veto - Discussão e votação - Projeto de lei nº 276, de 1997, (Autógrafo nº 24510), vetado totalmente, de autoria do deputado Elói Pietá. Dispõe sobre a obrigatoriedade de o Poder Executivo comunicar, às autoridades que especifica, a requisição de força policial para reintegração de posse. Parecer nº 258, de 2000, da Comissão de Justiça, favorável ao projeto. (Artigo 28, § 6º da Constituição do Estado).

11 - Veto - Discussão e votação - Projeto de lei nº 370, de 1997, (Autógrafo nº 24896), vetado totalmente, de autoria do deputado Elói Pietá. Determina a responsabilidade da Secretaria da Administração Penitenciária por todos os presos do Estado. (Artigo 28, § 6º da Constituição do Estado).

12 - Veto - Discussão e votação - Projeto de lei nº 635, de 1997, (Autógrafo nº 24923), vetado totalmente, de autoria do deputado Gilberto Nascimento. Dispõe sobre a regulamentação do Serviço de Atendimento às emergências e traumas no Estado de São Paulo. Parecer nº 321, de 2001, de relator especial pela Comissão de Justiça, favorável ao projeto. (Artigo 28, § 6º da Constituição do Estado).

13 - Veto - Discussão e votação - Projeto de lei nº 707, de 1997, (Autógrafo nº 24250), vetado totalmente, de autoria do deputado Rui Falcão. Dispõe sobre a fixação e cobrança das tarifas de pedágio nas rodovias estaduais. Parecer nº 363, de 1999, de relator especial pela Comissão de Justiça, contrário ao projeto. (Artigo 28, § 6º da Constituição do Estado).

14 - Veto - Discussão e votação - Projeto de lei nº 791, de 1997, (Autógrafo nº 24877), vetado parcialmente, de autoria do deputado Nivaldo Santana. Dispõe sobre medidas a serem adotadas na prevenção e combate às inundações. Parecer nº 145, de 2001, de relator especial pela Comissão de Justiça, contrário ao projeto. (Artigo 28, § 6º da Constituição do Estado).

15 - Veto - Discussão e votação - Projeto de lei nº 143, de 1998, (Autógrafo nº 24367), vetado totalmente, de autoria do deputado Nivaldo Santana. Institui o Programa Suplementar de Material Didático-Escolar. Parecer nº 895, de 1999, de relator especial pela Comissão de Justiça, contrário ao projeto. (Artigo 28, § 6º da Constituição do Estado).

16 - Veto - Discussão e votação - Projeto de lei nº 220, de 1998, (Autógrafo nº 24362), vetado totalmente, de autoria do deputado Cesar Callegari. Dispõe sobre a criação do “Passe Pedagógico”. Parecer nº 896, de 1999, de relator especial pela Comissão de Justiça, favorável ao projeto. (Artigo 28, § 6º da Constituição do Estado).

17 - Veto - Discussão e votação - Projeto de lei nº 323, de 1998, (Autógrafo nº 24907), vetado totalmente, de autoria da deputada Maria do Carmo Piunti. Autoriza o Poder Executivo a alienar, mediante doação, ao Município de Iru, área de 157.259,39 m², do Hospital Dr. Francisco Ribeiro Arantes, localizado na SP-79, Bairro Pirapitingui. (Artigo 28, § 6º da Constituição do Estado).

18 - Veto - Discussão e votação - Projeto de lei nº 129, de 1999, (Autógrafo nº 24925), vetado totalmente, de autoria do deputado Paschoal Thomeu. Regulamenta o artigo 57 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias da Constituição Estadual, que assegura os direitos dos participantes ativos da Revolução Constitucionalista de 1932. Parecer nº 252, de 2001, de relator especial pela Comissão de Justiça, favorável ao projeto. (Artigo 28, § 6º da Constituição do Estado).

19 - Veto - Discussão e votação - Projeto de lei nº 148, de 1999, (Autógrafo nº 24487), vetado totalmente, de autoria do deputado Edmir Chedid. Transforma em estância climática o Município de Pinhalzinho. (Artigo 28, § 6º da Constituição do Estado).

20 - Veto - Discussão e votação - Projeto de lei nº 187, de 1999, (Autógrafo nº 24909), vetado parcialmente, de autoria do deputado Pedro Tobias. Declara Área de Proteção Ambiental a Bacia Hidrográfica do Rio Batalha. (Artigo 28, § 6º da Constituição do Estado).

21 - Veto - Discussão e votação - Projeto de lei nº 216, de 1999, (Autógrafo nº 24871), vetado totalmente, de autoria do deputado Campos Machado. Transforma em estância turística o Município de Avaré. (Artigo 28, § 6º da Constituição do Estado).

22 - Veto - Discussão e votação - Projeto de lei nº 344, de 1999, (Autógrafo nº 24897), vetado parcialmente, de autoria do deputado Reynaldo de Barros Filho. Institui Programa Permanente de Aproximação entre o pequeno e médio produtor e a população de baixa renda. Parecer nº 251, de 2001, de relator especial pela Comissão de Justiça, contrário ao projeto. (Artigo 28, § 6º da Constituição do Estado).

23 - Veto - Discussão e votação - Projeto de lei nº 360, de 1999, (Autógrafo nº 24872), vetado totalmente, de autoria do deputado Edson Ferrarini. Dispõe sobre a criação da Comissão Interna de Vivência Escolar - CIVE. Parecer nº 138, de 2001, de relator especial pela Comissão de Justiça, contrário ao projeto. (Artigo 28, § 6º da Constituição do Estado).

24 - Veto - Discussão e votação - Projeto de lei nº 392, de 1999, (Autógrafo nº 24531), vetado totalmente, de autoria do deputado Salvador Khuriyeh. Estabelece obrigatoriedade de Licença de Operação e Funcionamento aos postos de serviços e abastecimentos de veículos. (Artigo 28, § 6º da Constituição do Estado).

25 - Veto - Discussão e votação - Projeto de lei nº 397, de 1999, (Autógrafo nº 24560), vetado totalmente, de autoria do deputado Carlos Zarattini. Institui o Programa Estadual de Uso Múltiplo das Águas. (Artigo 28, § 6º da Constituição do Estado).

26 - Veto - Discussão e votação - Projeto de lei nº 404, de 1999, (Autógrafo nº 24892), vetado totalmente, de autoria do deputado Carlos Zarattini. Dispõe sobre o número máximo de alunos por sala nos estabelecimentos de ensino público. (Artigo 28, § 6º da Constituição do Estado).

27 - Veto - Discussão e votação - Projeto de lei nº 421, de 1999, (Autógrafo nº 24463), vetado totalmente, de autoria do deputado Nabi Abi Chedid. Altera a Lei nº 1319, de 1977, que autoriza a Fazenda do Estado a ceder, em comodato, ao “Ferroviário Atlético Clube”, com sede em Bragança Paulista, imóvel situado nessa localidade. Parecer nº 250, de 2000, de relator especial pela Comissão de Justiça, contrário ao projeto. (Artigo 28, § 6º da Constituição do Estado).

28 - Veto - Discussão e votação - Projeto de lei nº 476, de 1999, (Autógrafo nº 24487), vetado totalmente, de autoria do deputado Petterson Prado. Dispõe sobre o atendimento ao consumidor nos caixas das agências bancárias. Parecer nº 246, de 2000, de relator especial pela Comissão de Justiça, contrário ao projeto. (Artigo 28, § 6º da Constituição do Estado).

29 - Veto - Discussão e votação - Projeto de lei nº 500, de 1999, (Autógrafo nº 24625), vetado totalmente, de autoria do deputado Paulo Teixeira. Dá a denominação de “Dr. Maurício Henrique Guimarães Pereira” à Delegacia Geral de Polícia de São Paulo, na Capital. Parecer nº 1258, de 2000, de relator especial pela Comissão de Justiça, contrário ao projeto. (Artigo 28, § 6º da Constituição do Estado).

30 - Veto - Discussão e votação - Projeto de lei nº 639, de 1999, (Autógrafo nº 24848), vetado totalmente, de autoria do deputado Petterson Prado. Dispõe sobre a instalação de equipamento de emissão automática de notas fiscais nos postos de combustível. Parecer nº 131, de 2001, de relator especial pela Comissão de Justiça, contrário ao projeto. (Artigo 28, § 6º da Constituição do Estado).

31 - Veto - Discussão e votação - Projeto de lei nº 664, de 1999, (Autógrafo nº 24540), vetado totalmente, de autoria do deputado Jilmar Tatto. Altera a Lei nº 4595, de 1985, que dispõe sobre a fiscalização, pela Assembléia Legislativa, dos atos do Poder Executivo, inclusive os da Administração Indireta. Pareceres nºs 449 e 450, de 2000, respectivamente, pelas Comissões de Justiça e de Fiscalização e Controle, favoráveis ao projeto. (Artigo 28, § 6º da Constituição do Estado).

32 - Veto - Discussão e votação - Projeto de lei nº 677, de 1999, (Autógrafo nº 24541), vetado totalmente, de autoria do deputado Geraldo Vinholi. Dispõe sobre a obrigatoriedade da inclusão de laranja “in natura”, ou suco, no cardápio da merenda escolar das escolas estaduais. Parecer nº 279, de 2000, de relator especial pela Comissão de Justiça, contrário ao projeto. (Artigo 28, § 6º da Constituição do Estado).

33 - Veto - Discussão e votação - Projeto de lei nº 770, de 1999, (Autógrafo nº 24543), vetado totalmente, de autoria do deputado Rodolfo Costa e Silva. Torna obrigatória a gratuidade da passagem e a reserva de três assentos em ônibus intermunicipais a idosos, com mais de 65 anos de idade. Parecer nº 237, de 2000, de relator especial pela Comissão de Justiça, favorável ao projeto. (Artigo 28, § 6º da Constituição do Estado).

34 - Veto - Discussão e votação - Projeto de lei nº 803, de 1999, (Autógrafo nº 24836), vetado parcialmente, de autoria do Sr. Governador. Dispõe sobre indenização a pessoas detidas sob a acusação de terem participado de atividades políticas no período de 31 de março de 1964 a 15 de agosto de 1979, que tenham ficado sob a responsabilidade de órgãos públicos do Estado. Parecer nº 139, de 2001, de relator especial pela Comissão de Justiça, favorável ao projeto quanto ao § 2º e contrário ao projeto quanto ao § 3º do artigo 1º e ao inciso II do artigo 2º. (Artigo 28, § 6º da Constituição do Estado).

35 - Veto - Discussão e votação - Projeto de lei nº 876, de 1999, (Autógrafo nº 24556), vetado totalmente, de autoria do deputado Cicero de Freitas. Dispõe sobre a preferência de tramitação nos procedimentos judiciais em que figure como parte pessoa física com idade igual ou superior a 60 (sessenta) anos. Parecer nº 159, de 2000, de relator especial pela Comissão de Justiça, contrário ao projeto. (Artigo 28, § 6º da Constituição do Estado).

36 - Veto - Discussão e votação - Projeto de lei nº 891, de 1999, (Autógrafo nº 24863), vetado totalmente, de autoria da deputada Edir Sales. Proibe a venda de produtos farmacêuticos denominados: “Fortificante, tônico, complemento de ferro e fósforo, estimulante de apetite e crescimento, energético ou similares”, destinados ao uso infantil, que contemham álcool em sua fórmula. Parecer nº 152, de 2001, de relator especial pela Comissão de Justiça, contrário ao projeto. (Artigo 28, § 6º da Constituição do Estado).

37 - Veto - Discussão e votação - Projeto de lei nº 912, de 1999, (Autógrafo nº 24869), vetado totalmente, de autoria do deputado Jilmar Tatto. Dispõe sobre a divulgação do orçamento e da execução orçamentária do Estado através da “Internet”. (Artigo 28, § 6º da Constituição do Estado).

38 - Veto - Discussão e votação - Projeto de lei nº 916, de 1999, (Autógrafo nº 24551), vetado totalmente, de autoria do deputado Willians Rafael. Dispõe sobre a criação de concursos de prognósticos, considerado todo e qualquer concurso de sorteios de números ou quaisquer outros símbolos, loterias e apostas de qualquer natureza. Parecer nº 284, de 2000, de relator especial pela Comissão de Justiça, contrário ao projeto. (Artigo 28, § 6º da Constituição do Estado).

39 - Veto - Discussão e votação - Projeto de lei nº 917, de 1999, (Autógrafo nº 24854), vetado totalmente, de autoria do deputado Roberto Engler. Transforma em estância turística o Município de Brodowski. (Artigo 28, § 6º da Constituição do Estado).

40 - Veto - Discussão e votação - Projeto de lei nº 924, de 1999, (Autógrafo nº 24901), vetado totalmente, de autoria do deputado Vitor Sapienza. Autoriza o Poder Executivo a instituir incentivo fiscal a empresas que contratarem jovens carentes. (Artigo 28, § 6º da Constituição do Estado).

41 - Veto - Discussão e votação - Projeto de lei nº 952, de 1999, (Autógrafo nº 24504), vetado totalmente, de autoria do deputado Nelson Salomé. Dispõe sobre concessão, em pecúnia, de Auxílio-Alimentação a funcionários e servidores da administração centralizada do Estado. Parecer nº 285, de 2000, de relator especial pela Comissão de Justiça, contrário ao projeto. (Artigo 28, § 6º da Constituição do Estado).

42 - Veto - Discussão e votação - Projeto de lei nº 963, de 1999, (Autógrafo nº 24870), vetado totalmente, de autoria do deputado Cicero de Freitas. Institui a cédula de identidade do líder comunitário. (Artigo 28, § 6º da Constituição do Estado).

43 - Veto - Discussão e votação - Projeto de lei nº 1033, de 1999, (Autógrafo nº 24913), vetado totalmente, de autoria da deputada Célia Leão. Cria o Programa Estadual de Recompensa pela captura de pessoas com mandados de prisão expedido. (Artigo 28, § 6º da Constituição do Estado).

44 - Veto - Discussão e votação - Projeto de lei nº 1034, de 1999, (Autógrafo nº 24935), vetado totalmente, de autoria do deputado Edson Gomes. Institui o Programa de Incentivo à Cultura do Algodão e criando o Fundo de Apoio à Cultura do Algodão. (Artigo 28, § 6º da Constituição do Estado).

45 - Veto - Discussão e votação - Projeto de lei nº 1044, de 1999, (Autógrafo nº 24858), vetado totalmente, de autoria do deputado Celso Tanauí. Acrescenta dispositivo à Lei 452, de 1974, que dispõe sobre pensão por morte. Parecer nº 133, de 2001, de relator especial pela Comissão de Justiça, contrário ao projeto. (Artigo 28, § 6º da Constituição do Estado).

46 - Veto - Discussão e votação - Projeto de lei nº 1052, de 1999, (Autógrafo nº 24980), vetado totalmente, de autoria do deputado Edson Aparecido. Cria o Conselho Estadual de Cidadania e Justiça. (Artigo 28, § 6º da Constituição do Estado).

47 - Veto - Discussão e votação - Projeto de lei nº 23, de 2000, (Autógrafo nº 24881), vetado parcialmente, de autoria do deputado Marquinho Tortorello. Altera a Lei nº 1817, de 1978, que estabelece os objetivos e as diretrizes para o desenvolvimento industrial metropolitano, a localização, a classificação e o licenciamento de estabelecimentos industriais na Região Metropolitana da Grande São Paulo. (Artigo 28, § 6º da Constituição do Estado).

48 - Veto - Discussão e votação - Projeto de lei nº 126, de 2000, (Autógrafo nº 24937), vetado totalmente, de autoria do deputado Zuza Abdul Massih. Dispõe sobre a instalação de ventilador e luz de emergência nas cabinas dos elevadores das edificações públicas e privadas. (Artigo 28, § 6º da Constituição do Estado).

49 - Discussão e votação - Projeto de lei nº 0230, de 2000, de autoria do Sr. Governador. Institui prêmio como recompensa por informações que resultem na localização de pessoas procuradas pela Polícia. Com 5 emendas. Parecer nº 1061, de 2000, de relator especial pela Comissão de Justiça, favorável ao projeto, com substitutivo e contrário às emendas. (Artigo 26 da Constituição do Estado).

50 - Veto - Discussão e votação - Projeto de lei nº 278, de 2000, (Autógrafo nº 24884), vetado totalmente, de autoria do deputado Alberto “Turco Loco” Hiar. Dá a denominação de “Costa Dourada” à área que compreende os municípios de São Sebastião, Ubatuba e Caraguatatuba. Parecer nº 147, de 2001, de relator especial pela Comissão de Justiça, favorável ao projeto. (Artigo 28, § 6º da Constituição do Estado).

51 - Veto - Discussão e votação - Projeto de lei nº 311, de 2000, (Autógrafo nº 24874), vetado totalmente, de autoria do deputado Campos Machado. Altera área de zona de uso predominantemente industrial - ZUPI no Município de Cajamar. (Artigo 28, § 6º da Constituição do Estado).

52 - Veto - Discussão e votação - Projeto de lei nº 400, de 2000, (Autógrafo nº 24882), vetado totalmente, de autoria do deputado Eduardo Soltur. Disciplina o transporte de volumes pelas empresas de transporte de passageiros. (Artigo 28, § 6º da Constituição do Estado).

53 - Veto - Discussão e votação - Projeto de lei nº 587, de 2000, (Autógrafo nº 24919), vetado totalmente, de autoria do deputado Cesar Callegari. Dispõe sobre procedimento relativo ao crédito dos pagamentos correspondentes aos vencimentos, proventos e pensões de servidores públicos. (Artigo 28, § 6º da Constituição do Estado).

54 - Discussão e votação - Projeto de lei nº 0482, de 2001, de autoria do Sr. Governador. Autoriza o Departamento de Estradas de Rodagem - DER a doar imóveis à Fazenda do Estado e esta a transferi-los a terceiros, mediante alienação onerosa, precedida de avaliação e certame licitatório. Parecer nº 938, de 2001, do Congresso das Comissões de Justiça, de Transportes e de Finanças, favorável.

### 25 DE SETEMBRO DE 2001 63ª SESSÃO EXTRAORDINÁRIA

#### Proposição em Regime de Urgência

- Discussão e votação - Projeto de lei nº 0482, de 2001, de autoria do Sr. Governador. Autoriza o Departamento de Estradas de Rodagem - DER a doar imóveis à Fazenda do Estado e esta a transferi-los a terceiros, mediante alienação onerosa, precedida de avaliação e certame licitatório. Parecer nº 938, de 2001, do Congresso das Comissões de Justiça, de Transportes e de Finanças, favorável.

#### Proposições em Regime de Tramitação Ordinária

1 - Discussão e votação - Projeto de lei nº 0206, de 2001, de autoria do Sr. Governador. Autoriza a Fazenda do Estado a alienar, mediante doação, à Prefeitura Municipal de Assis, terreno e área construída para fins de instalação do Centro Cultural da localidade. Pareceres nºs 791 e 792, de 2001, respectivamente, das Comissões de Justiça e de Obras Públicas, favoráveis.

2 - Votação “ad referendum” - Projeto de lei nº 0455, de 2000, de autoria do deputado Aldo Demarchi. Dá a denominação de “João Grãço” à passarela de pedestres localizada no km 159,25 da Rodovia Washington Luiz - SP 310, em Cordeirópolis. Parecer nº 846, de 2001, da Comissão de Justiça, favorável. Aprovado pela Comissão de Transportes em seu Parecer nº 847, de 2001.

3 - Votação “ad referendum” - Projeto de lei nº 0662, de 2000, de autoria do deputado Aldo Demarchi. Dá a denominação de “Dr. Waldemar Lucato” à ponte localizada no Km 148 da Rodovia Anhanguera, SP 330, sentido interior/capital, no entroncamento de acesso ao Município de Limeira e à Rodovia Limeira-Mogi Mirim. Parecer nº 822, de 2001, da Comissão de Justiça, favorável, com substitutivo. Aprovado pela Comissão de Transportes em seu Parecer nº 823, de 2001, na forma do substitutivo da Comissão de Justiça.

4 - Votação “ad referendum” - Projeto de lei nº 0682, de 2000, de autoria do deputado Geraldo Vinholi. Dá a denominação de “Paulo Falzetta” ao viaduto localizado no entroncamento da Rodovia Laurentino Mascari, (SP-333 Km 212,45), com a SP - 304, entre as cidades de Borborema e Novo Horizonte. Parecer nº 751, de 2001, da Comissão de Justiça, favorável. Aprovado, com substitutivo, pela Comissão de Transportes em seu Parecer nº 752, de 2001.

5 - Votação “ad referendum” - Projeto de lei nº 0138, de 2001, de autoria do deputado Rafael Silva. Declara de utilidade pública a “Associação dos Deficientes Visuais de Ribeirão Preto e Região - ADEVIRP”, em Ribeirão Preto. Aprovado pela Comissão de Justiça em seu Parecer nº 957, de 2001.

## PAUTA

### 26 DE SETEMBRO DE 2001 135ª SESSÃO ORDINÁRIA

*Em pauta por 5 (cinco) Sessões, para conhecimento, recebimento de emendas e estudos dos Srs. Deputados, de acordo com o artigo 156 e o item 3, parágrafo único do artigo 148 do Regimento Interno*

#### 1º Sessão

1-Projeto de lei nº 0590, de 2001, de autoria do deputado Campos Machado. Estabelece períodos para a realização de concursos ou processos seletivos para provimento de cargos públicos e de exames vestibulares no âmbito do Estado.

2-Projeto de lei nº 0591, de 2001, de autoria do deputado Reynaldo de Barros Filho. Proíbe o corte, a extração, a exploração, o transporte e a comercialização de xaxim.

3-Projeto de lei nº 0592, de 2001, de autoria do deputado Marcio Araújo. Cria o Programa de Incentivo à Doação de Medula Óssea - PIDMO, no âmbito do Sistema Único de Saúde - SUS.

4-Projeto de lei nº 0593, de 2001, de autoria do deputado Carlos Sampaio. Autoriza e disciplina a prática desportiva da sinuca, bilhar e congêneres.

5-Projeto de lei nº 0594, de 2001, de autoria da deputada Célia Leão. Dá a denominação de “Monsenhor Geraldo Azevedo” ao trevo localizado no km 98 da SP-330 - Rodovia Anhanguera, em Campinas.

6-Projeto de lei nº 0595, de 2001, de autoria do deputado Faria Júnior. Torna obrigatória a informação dos valores dos imóveis colocados à venda, por meio de anúncios publicados em jornais ou outros meios de divulgação, pelas empresas construtoras e imobiliárias.

7-Moção nº 0135, de 2001, de autoria da Comissão de Promoção Social. Parecer nº 922/01. Apela para o Sr. Governador a fim de reavaliar e revisar os valores repassados às Entidade de Abrigo, em face de sua redução em 60% estar tornando inviável a continuidade de suas atividades.

#### 2º Sessão

1-Projeto de lei nº 0586, de 2001, de autoria do deputado Carlião Camargo. Autoriza o Poder Executivo a criar a Universidade Estadual da Sub-Região Oeste da Grande São Paulo, como autarquia de regime especial com sede e foro no Município de Cotia e com unidades em regiões próximas, abrangendo os municípios sob sua área de influência.

## SUMÁRIO

<b>Resoluções</b> . . . . .	<b>7</b>
<b>Ordem do Dia</b> . . . . .	<b>7</b>
<b>Pauta</b> . . . . .	<b>7</b>
<b>Oradores Inscritos</b> . . . . .	<b>8</b>
<b>Expediente</b> . . . . .	<